



O deputado depõe à CPI: contradições e desconforto diante dos cheques que recebeu em 1991

76

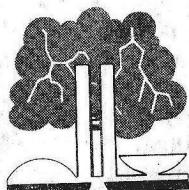
# Alves deu dois cheques de US\$ 5 mil a Cid Carvalho

*Documentos obtidos pela CPI do Orçamento deixam parlamentar transtornado no final do depoimento à comissão e podem ser as primeiras provas do esquema de distribuição de propinas no Congresso*

**B**RASÍLIA — A CPI do Orçamento descobriu numa das contas bancárias do deputado João Alves (PPR-BA) dois cheques nominais ao deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). Os dois cheques, da agência do Banco Holandês Unido em Salvador, foram assinados por Alves no dia 31 de março de 1991, cada um no valor de Cr\$ 1.046.600,00 (equivalentes a US\$ 5 mil na época). Os dois parlamentares estão envolvidos no esquema de manipulação do Orçamento-Geral da União. A CPI poderá usar os documentos como prova de que Alves distribuía propinas no esquema.

Os cheques foram revelados ontem às 2 horas da madrugada pelo relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), no fim do depoimento de Cid Carvalho à comissão. Duas horas antes, a subcomissão de bancos da CPI entregara ao relator cópia dos documentos. Quando Carvalho terminou de responder às perguntas dos parlamentares, Magalhães perguntou: "O senhor já viu o deputado João Alves fazer a distribuição de recursos?" Carvalho disse que não. "Conseqüentemente, jamais recebeu dinheiro de João Alves." O deputado negou de novo.

Magalhães mostrou então um dos cheques. Carvalho ficou transtornado e buscou uma justificati-



va: "Tenho lembranças de que o deputado João Alves foi um dia à minha casa e disse que estava pagando dinheiro que eu havia emprestado." Ele não soube dizer quanto havia emprestado a João Alves, ou quando, mas afirmou que só recebera um cheque. Quando Magalhães mostrou o outro cheque, Cid Carvalho ficou desconcertado e repetiu a história do empréstimo que teria feito ao colega baiano.

De acordo com os documentos obtidos pela CPI, os dois cheques foram depositados no dia 3 de abril de 1991 na agência do Banco Sudameris em Brasília, onde Cid Carvalho tem conta. Na época, João Alves e Cid Carvalho se preparavam para examinar o Orçamento de 1992 na Comissão Mista de Orçamento do Congresso.

Carvalho caiu em muitas contradições durante o depoimento à CPI. Afirmou, por exemplo, que nunca fez emendas no Orçamento destinando verbas para outros Estados, além do Maranhão. O deputado Luiz Máximo (PSDB-SP) descobriu, entre as emendas de Car-

valho, três para municípios de Rondônia — uma para a escola agrotécnica de Cacoal, outra para o aeroporto de Vilhena e outra para obras em Porto Velho.

Cid Carvalho não soube explicar porque destinou US\$ 10 milhões para a construção de uma unidade escolar em Codó (MA). "É uma das cidades mais importantes do Maranhão", justificou-se, acrescentando que a quantidade não era alta. Carvalho admitiu que já indicou prefeituras do Maranhão para duas empresas dedicadas à intermediação da liberação de verbas do Orçamento para municípios. Uma delas é a Seval, do empresário Normando Leite Cavalcanti, amigo do deputado

João Alves. Outra pertence a Lauro Maranhão, amigo de Carvalho.

Cid Carvalho usou quase duas horas do depoimento para falar de sua vocação filantrópica e dos serviços em prol da comunidade que a Fundação para o Desenvolvimento Comunitário (Fundeco) desenvolve em Imperatriz (MA), seu princi-

**D**EPUTADO  
DIZ QUE FEZ  
EMPRÉSTIMO  
AO COLEGÁ  
BAIANO, MAS  
NÃO LEMBRA  
QUANDO

pal reduto eleitoral. A entidade funciona em imóvel de Carvalho e é presidida por Paulo Rodrigues Alves, ex-candidato a prefeito de Imperatriz e assessor do gabinete do líder do PMDB, Genebaldo Correia (BA), também implicado no escândalo do Orçamento.